

# Sôbre os fins e a coragem nos meios de actuar

## I

«É quasi impossivel passear, entre os homens, com o archote da Verdade, sem queimar as barbas a alguém.»

LICHTENBERG

Longe de mim a idea de fazer a crítica ou a pesagem dos valores duma geração, considerada nela mesma e no seu tempo, ou o intuito de revoltar quem quer que seja contra o prestígio mental de um grupo de homens a cuja coragem de pensar (e de afirmar) alguma coisa devemos, — por muito que pretendam convencer-nos do contrário os prefácios com que têm nascido aparelhados e deformados os inéditos do Eça.

Desde já fica, portanto, assente que não venho discutir Antero ou os seus contemporâneos, nem o mérito pessoal ou literário dos homens da grande geração, nem tampouco censurá-los porque, coitados, não souberam endireitar o mundo, pondo-o à imagem do seu idealismo, — isto é, fazendo o que mesmo os homens de hoje ainda não sabem fazer... As minhas intenções são infinitamente mais modestas e actuais. Aceito os homens como eles foram ou se nos mostram, e como as circunstâncias os forçaram a ser, com erros e virtudes, divergências, incapacidades e apostasias; não como o faria um seu contemporâneo, — mas com os olhos do meu tempo, uma certa noção da perspectiva e um sincero desejo de me libertar das «lições do passado», dos «exemplos da História», dos «mestres do pensamento» quando considerados fora do puro pensamento e outros sofismas, — sobretudo também no intuito de evitar que uma falsa visão do passado influa nefastamente no presente. É tão perigoso erguer o *Desejado* a símbolo da fé e da acção que o presente demanda, como pretender conduzir-nos pelos caminhos da pura especulação ideológica, em nome do immaculado idealismo de Antero de Quental.

Pelo que toca ao Poeta, que um prurido legendário classificou de *Santo*, afirmo categòricamente a minha admiração e o meu respeito pela sua obra literária, pelo seu espírito torturado das mais altas preocupações morais e filosóficas, pela sua acção espiritual, ainda hoje tão viva em todos nós; o seu suicídio é para mim o incidênte final da sua luta interior, e o termo dum conflito insanável com os acontecimentos e o tempo: passada a época em que os homens da sua grandeza espiritual morriam

na cruz, ao pensador que fizera da vida inteira um drama de consciência, só restava aquela solução — posta de parte a hipótese impossivel de ser fustigado pela Ordem, na rua, com as armas na mão, o que não seria afinal, para a época, senão uma fôrma de suicídio épico, vistoso, incompativel com o seu pudor mental. Não sou dos que explicam todos os conflitos de consciência pelas doenças do estômago ou as deficiências glandulares. Com bom estômago e outro equilibrio orgânico, os problemas e a luta tomam de certo um outro aspecto, mas na essência não mudam.

Outra coisa é, porém, a *lição actual* que pretendam extrair da vida e da obra literária e social desses homens, a preocupação de criar uma tradição baseada nos textos que elles deixaram ou nos actos que praticaram.

Não me submeto facilmente às lições do passado com que certos senhores pretendem às vezes reduzir-nos ao silêncio ou à inacção. O passado que vive em nós como uma fatalidade, por via hereditária, por ambiência natural, temos de aceitá-lo, mas apenas na medida em que não venha opor-se à nossa vontade de progresso. Aliás, a História tem pano para mangas e não é difficil encontrar nela tradições e razões para tôdas as tendências. Os factos históricos devem ser descobertos, ordenados, arquivados e expostos cuidadosamente, com a maior objectividade, como os trastes e a indumentária antiga nas vitrinas dum museu: para que os admiremos, para que nos recreiem e divirtam, e para podermos dizer: «O que elles usavam naquele tempo! Como podiam os cavaleiros respirar naquelas armaduras, e as damas tão espartilhadas!» Mas consintam que arranque o meu colarinho, se me aperta, e não me oponham Camões, nem D. João II, nem o Mestre de Aviz, porque usavam colarinhos, botas, abafos e armaduras que ninguém hoje poderia suportar. O Eça usava um *plastron*! Mas, que diabo, dêem licença que o romancista de hoje ponha uma blusa de *sport*...

No presente somos nós que agimos delé são,

senhores, de certo modo, os vivos, que estão no direito de usar as camisas, os pensamentos e as condutas mais conformes com o tempo de hoje. Eu não me rio das cabeleiras de setecentos, embora ache eminentemente mais lógico o cabelo de agora, cortado à inglesa ou à escovinha; rir melhia, sim, a valer, se o senhor conde de Penha Garcia, por exemplo, pusesse amanhã bofes de renda ou envergasse um gibão golpeado!

Já me parece bastante, na crise actual, que sejam os adversários da democracia a pôr os problemas político-sociais dentro do critério histórico e tradicionalista, procurando no passado disciplinas para a vida que brota. O importante, hoje, é *adquirirmos a consciência histórica do momento em que vivemos*.

O espírito, como a vida, não carece de justificação; nem é a tradição que o anima, o inspira, o legitima. Só o legitima a vitalidade, na medida em que é actual, em que se torna capaz de impe-lir os indivíduos e as massas para o futuro.

Para se aperfeiçoar, para manter-se ao menos ao mesmo nível espiritual, a democracia tem de repelir a cada instante todos os fantasmas, repudiar tôdas as tradições, mesmo as que se lhe impõem como *suas*, passar além de todo o espírito de tradição ou de igreja, sob pena de paralisar-se. Há em todos os movimentos de massa uma tendência, de que os especuladores se aproveitam habilmente, a cair no dogmatismo, no exagêro dos textos sagrados, na intolerância, no psitacismo de escola, no farisaico espírito legalista, quando se trata de os justificar historicamente por textos ou «tábuas da lei». Basta lembrar o exemplo vivo e actual do bolxevismo, agitado numa crise de princípios, em que são justamente os que se dizem portadores do «espírito» da escola, do leninismo, enfim, os que parecem negá-lo na realidade viva da actuação. O espírito de tradição é essencialmente fixador, dogmático, rígido, textual; falta-lhe a *souplesse*, a harmonia dos movimentos a cada instante necessários. Demais, na ordem social, política e religiosa, a tradição exige um corpo de sacerdotes e burocratas cujo interêsse é opôr as tábuas da lei à inovação livre e constante do pensamento.

Mal da democracia quando ela se volta para o passado a pedir-lhe uma razão de ser, como as velhas que se consolam da sua fealdade actual com as histórias do tempo em que eram mocinhas de appetite... Ou a democracia vale pelo que é, pela sua actualidade e sua viabilidade futura, pela força dos seus pensamentos unida à força das circunstâncias, — ou não é nada. Ser, por princípio, democrata ou socialista *porque* Antero o foi e *como* ele o foi, ou abdicar da acção *porque* o Eça foi um socialista doutrinário, é absurdo e risível.

Não somos culpados de que o tempo tivesse criado novas exigências. Não podemos repetir a cada instante: «Que diria disto o Antero? Que faria o Antero nestas circunstâncias?» etc., etc., pela simples razão de que êle não podia ter visto todos os problemas e os meios actuais de os resolver... O nosso dever é pensar e agir segundo o nosso espírito contemporâneo, de certo modo evoluído do de Antero, mas dirigido e condicionado por uma série de factores específicos da nossa idade.

Eu sei que há muitos indivíduos que se dizem democratas, porque a democracia *vem de trás*, já cá estava quando êles abriram os olhinhos concupiscentes para as pastagens da vida. São êstes democratas (que teriam renegado a democracia se a monarquia florisse ao tempo em que entraram na vida) os mais duros e ferozes conservadores dos princípios, os seus exegetas mais implacáveis. O instinto adverte-os do perigo duma alteração no conceito dos princípios democráticos e, para êles, a salvação está na conservação. É preciso tornar os princípios indiscutíveis, intangíveis, sagrados, pela tradição, ao menos pelo tempo bastante para que a sua digestão se faça. É claro que êstes democratas são ainda e sempre preferíveis aos que negam todo o princípio e governam contra tôdas as regras — mas ficam muito abaixo dos que trazem consigo os germes duma renovação, dum progresso constante. São apenas o que a força imperiosa da evolução num certo estádio e a inércia lhes permitem. Vão com a maré, sobem com a onda. São a maioria. Pertencem à massa que forma o pêso morto de todos os regimes. São a força de conservação. Quando não reagem de cima, reagem na sombra, passiva mas tenazmente. São a «casta» do presente, como o teriam sido num passado qualquer.

Mas não é disso que se trata aqui.

O ponto é que a democracia, no que tem de vivo, de evolutivo, de actuante, — de radical ou, se quiserem, mesmo de jacobino, — vem sofrendo certos ataques surdos e disfarçados que algumas vezes se revestem de atitudes irrepreensíveis, mesmo de aceitação ou de concordância com o espírito democrático. Um dia é um senhor que desdenha em nome não sei de quê da fé ingénua e popular dos primeiros tempos da República; depois, outro senhor, das alturas da crítica literária e filosófica, intenta desarticlar, dissociar dois conceitos íntima e estruturalmente ligados, como os nervos e as fibras musculares: o pensamento e a actuação revolucionária.

É êste o caso (finalmente!) do sr. Castelo Branco Chaves, que nas colunas desta mesma revista (n.º 205) analisa «o conceito da Revolução em Eça de Queirós». Ora eu não viria aqui dis

cuti-lo nesta prosa tardia (1) se o sr. C. B. Chaves, com uma objectividade que só lhe faria honra, nos mostrasse como e até que ponto o Eça foi um « revolucionário » ... Mas o tom do artigo, as citações acessórias, certas opiniões discretamente emitidas, a atitude espiritual do seu Autor cujo passado mesmo é já um sintoma, (conquanto eu renda homenagem ao seu carácter, à sua honestidade política, à sua honradez pessoal), — tudo se reduz a uma resultante: negar certos métodos de luta que estão ligados umbilicalmente às ideas, se é lícito associar às ideas a imagem do umbigo. O senhor C. B. C. saiu insensivelmente do terreno da crítica filosófica, literária e histórica para o das apologias políticas e sociais. Ora se, em todo o caso, é sempre a idea, e outros conceitos igualmente simpáticos, que dominam tôdas as apologias, campanhas e controvérsias desta revista, a verdade é que nunca a apologia dos princípios nos pôs em conflito com os métodos (ou certos métodos) *necessários*, empregados na sua realização. Ninguém, por exemplo, repudiou o facto da Revolução francesa, para afirmar que os métodos dialéticos, a propaganda ideológica são preferíveis à violência armada, quando os acontecimentos se precipitam. Suponhamos que um democrata, um individuo que gozasse dos benefícios legados pela Revolução francesa, se voltava para o passado a repudiá-lo, repudiando os relativos benefícios com que ela nos brindou, porque os actos revolucionários e violentos repugnassem à sua ideologia democrática... Em geral é inteiramente inútil protestar contra o passado. E neste caso, seria até absurdo, cómico e monstruoso, esse protesto. Se o sr. C. B. C. perguntasse aos componentes da SEARA NOVA se eles entendem que a República teria sido possível sem a revolução de 3 a 5 de Outubro de 1910, as respostas divergiriam talvez em aspectos de pormenor, — mas o que alguns não poderiam negar é que se bateram, então e depois, para implantar e salvar a democracia em Portugal. Aí os tem o senhor envoltos na condenação e no fumo do charuto de Ramalho! Todos lhe responderiam que os métodos dialéticos, a propaganda pela persuasão, a discussão libérrima, são em todo o caso preferíveis; mas que antes foi necessário partir as cadeias e os duros moldes que impediam a consciência democrática de se manifestar.

Esse é que é o ponto importante.

Por mim, não receio as contradicções de que possam acusar-me. Entre a idea de furar uma rocha e o meio ou o acto de a furar, vai um

abismo. Ponhamo-nos todos — os idealistas, — em frente da rocha, a pensar que é preciso e útil fazer-lhe um furo, e digam-me se é possível admitir que a rocha, sob o esforço apenas da nossa ideação, se abrirá de lado a lado, a menos que a ideação passe a alucinação, se produza um milagre, e nos ponhamos todos a gritar que a rocha se furou pelo mesmo (ou semelhante) processo por que o sol dansou em Fátima! Os meios de actuar, os instrumentos, a acção, são o prolongamento necessário das ideas. Quem aplaude estas e recusa aquelas, ou mente ao seu idealismo por inconsciência e estupidez, ou anda a embalar os outros, a deitar-lhes poeira nos olhos. Se é possível falar da « unidade espiritual da vida », esta não pode ser concebida senão como um elo necessário de continuidade entre um sem-número de fenómenos contraditórios, de acções e reacções, se o querem, como a resultante duma série de forças tôdas necessárias, mesmo quando opostas entre si. Para isto, porém, torna-se preciso um mínimo de critério objectivo e realista da existência — que não me parece de modo algum incompatível com o mais absoluto idealismo.

Mas repudiar a democracia, porque ela nasceu pela força, — não obstante ser um produto ideológico — seria o mesmo que renegar a vida que a ferros se libertou do seio materno, onde por um acto de amor foi concebida.

Na medida, pois, em que a violência foi reconhecidamente necessária para fazer a Revolução em França, ou a República em Portugal, nenhum idealista, democrata sincero, e adversário da violência sistemática, a pode repudiar ou negar. Por mim, irei mais longe, repetindo a essência do que atrás deixo dito: à luz da crítica histórica, ninguém a pode refutar, na medida em que ela faz parte dum passado irremovível. Não se pense que esta idea corresponde a uma tendência à passividade perante o *facto consumado*. O facto consumado, enquanto se encontra ao alcance dos nossos meios de luta e em contradicção com o nosso idealismo, é um facto refutável e lutável. Muitos factos seculares, consumados, aparentemente inelutáveis, monarquias, impérios, religiões, feitiçarias, privilégios de tôda a casta, tombaram no momento em que as circunstâncias, apressadas e agitadas pelo pensamento prolongado em actos (não o « puro » pensamento, a « pura » idea, a abstracção engarrada), tornaram possível e urgente a sua queda. Já nesta revista procurei desenvolver a mesma idea, e não me repugna acentuá-la agora: como homens do nosso tempo, cumpre-nos reagir perante os acontecimentos, procurando pôr os factos de acôrdo com o nosso idealismo; se o nosso idealismo tem ou não raízes no passado, pouco importa. O que dita a nossa

(1) O artigo chegou-me com grande atraso a Bruxelas, surpreendendo-me doente; só agora me é possível organizar as ideas que dêle fiquei formando.

conduta são as circunstâncias do presente e as possibilidades do futuro.

De resto, há uma diferença fundamental entre os que fazem dos métodos — da força, da violência, da acção em geral — um fim, e os que fazem deles um meio. Ao primeiro grupo pertencem os bonapartistas. Ao segundo, os que fizeram e conduziram as grandes e verdadeiras revoluções da História. Os idealistas que em nome dos ideais repudiam a acção necessária à sua efectivação, mentem, por inconsciência ou estupidez. Os homens que fazem da violência, da opressão, da força, uma finalidade, sem as pôr ao serviço do progresso, mas para o combater, são loucos ou miseráveis que a História liquida mais cedo ou mais tarde. Para mostrar até que ponto, em geral, esses falsos criadores, do tipo Bonaparte, desconhecem o ritmo do seu tempo, o sentimento do progresso, basta lembrar a famosa *boutade* que Napoleão emitiu em 1803: « A navegação a vapor não tem futuro nenhum! »

Mas o critério de distinção (que urge aliás estabelecer) entre o verdadeiro condutor de povos, o re-

volucionário, o idealista de acção, e o condutor teatral de massas, não é, também, assunto deste artigo.

O importante, no momento, é saber até que ponto uma interpretação, aparentemente ingénua, doutrinária, inofensiva, do pensamento dum homem ou duma época intenta estabelecer uma norma de conduta — isto é, impelir-nos em nome dos ideais no sentido duma renúncia a certos processos de luta. As ideias não se criam para inibir, mas para estimular a acção, e como inícios de acção. E na hora de conflitos que o mundo atravessa, não é positivamente de secundária importância assentar em quais os meios de que é possível ou legítimo haver recurso para sair da encruzilhada.

O meu desejo seria mostrar que o idealismo da grande geração, condenada a converter-se ou a renunciar com dôr, não pode estar em contradição com os meios de actuar do nosso tempo, cujo substrato ideal é, bem vistas as coisas, o mesmo. Absurdo, sim, é supor que as circunstâncias de hoje suportariam as atitudes desse tempo.

JOSÉ MIGUÊS.



# PÁGINAS DUM DIÁRIO

## SER FELIZ...

Não será a felicidade tão rara como se julga? Em pouco tempo, descobri dois homens felizes. A felicidade dêste a que hoje quero referir-me não devia, porém, surpreender-me. Conheço a sua obra, feita de amor pela humanidade e do desejo de tornar a vida melhor. Tenho lido e relido, sobretudo, um livro em que êle ensina a ser feliz ou, pelo menos, a encontrar no mundo uma consolação. Apesar disso, não foi sem surpresa que encontrei esta frase no último livro de Georges Duhamel: « Tenho o orgulho de me considerar feliz ».

O livro a que aludi, livro do amor humano por todos os seres e todas as coisas da natureza, tenho-o tido à minha cabeceira, como outros têm, e eu próprio tive, um breviário do amor divino. Só me separei dêle outro dia, para o oferecer a um camarada que sofre a maior de todas as dores sentimentais. Esse livro não podia restituir a felicidade, nem, sequer, consolar quem perdeu, com a morte da mulher amada, a sua razão de existir. Podia, porém, ajudar esse camarada a suportar o sofrimento, e estimulá-lo a reagir contra o desespero, dando um novo objectivo à sua vida.

O livro chama-se « La Possession du Monde » e ensina que a felicidade está na posse do mundo, mas que ela só se consegue pelo amor. O que amamos fica-nos pertencendo. Quem amar a humanidade e todas as coisas da natureza, o mar, a terra, o céu, os dias de sol e as noites de temporal, os animais, as árvores, as pedras; quem procurar em tudo um motivo de amor, tornar-se há senhor espiritual do mundo. Sim, esse livro, escrito nos hospitais de sangue, durante a guerra, no meio da maior dôr que um homem e um francês podiam sofrer, não nos oferece uma consolação além da vida. É no mundo, no amor pelas coisas da natureza e pelas obras dos homens, que nos podemos consolar.

A felicidade não está, também, no prazer que os outros nos dão, mas no amor que nós damos aos outros. O principal é amar, não é ser amado. A felicidade absoluta está no sacrifício do nosso egoísmo, isto é, na libertação do nosso eu. Dar-mo-nos aos outros, mesmo quando os outros não se dão tanto como nós, eis a grande fonte de alegria e de verdadeira felicidade. O resto é um prazer egoísta. Só a dádiva de nós próprios, em amor, em amizade ou em admiração, nos faz sair